

Artigo Valor de Uso (**Esboço**)

Nicholas Funari Voltani

27 de novembro de 2025

Resumo

Um conhecido resultado d’*O Capital* de Marx é que as mercadorias “não possuem um só átomo” de valor, ou seja, que o valor de uma mercadoria pertence à dimensão social, não sendo algo imediatamente empírico; a partir disso, leituras vulgares costumam atribuir todo o caráter material de uma mercadoria à sua faceta de valor de uso. Neste trabalho, discute-se como a característica de valor de uso de um objeto, apesar de ser ontologicamente resultado de sua “corporiedade” material, trata-se (também) de uma categoria social.

1 O valor de uso enquanto objeto material

Um valor de uso é, antes de tudo, um objeto material “externo” [*äußerer*]¹, com propriedades materiais intrínsecas. Costuma-se pensar que são justamente essas características “físicas” de um objeto que configuram seu valor de uso. Note-se, porém, que parece estranho dizer que “as substâncias químicas” da maçã são as características que satisfazem necessidades humanas, por mais que, tecnicamente, isso esteja correto. Contudo, mudando o exemplo, sabe-se que um fumante pode até começar a usar adesivos de nicotina, mas eles não serão a mesma coisa que cigarros; em verdade, o cigarro e os adesivos satisfarão necessidades sutilmente distintas.

Em suma, as capacidades físico-químicas de um objeto de satisfazer necessidades humanas — logo, de ser um valor de uso — consistem em *fenômenos emergentes*, advindos de propriedades mais “granulares” (e.g. moleculares)

¹(MARX, 2017, p. 113).

que este objeto possui, capacidades estas que são irredutíveis a estas propriedades.² Portanto, da mesma forma que as propriedades da água não se reduzem às propriedades do hidrogênio e do oxigênio que a compõem, também o “ser valor de uso” de um objeto não se reduz às propriedades puramente materiais deste objeto — não restringe-se, portanto, à sua “materialidade”.

Até mesmo os ditos “bens imateriais” são passíveis dessa decomposição. Por exemplo, uma aula online é, antes de tudo, vibrações no ar advindas da fala de algum professor, captadas e processadas por dispositivos eletrônicos, energia elétrica correndo por cabos de transmissão e *data centers* em algum recôndito da Terra, e retransmitida por ondas eletromagnéticas para algum estudante, tornando-se luzes e sons emitidos por um computador ou celular etc.; uma aula pode ser composta por tudo isso, mas *não se reduz* a isso. O funcionamento do setor de serviços requer coisas que já damos por dadas, como algum local físico³, oxigênio/ar, eletricidade (e, portanto, cabos/fibras óticas), etc.⁴

O que diferencia objetos que são valores de uso daqueles que não o são — objetos “úteis” vs. objetos “inúteis” — é sua *relevância à satisfação de necessidades humanas*, ou melhor, sua viabilidade de satisfazer alguma necessidade humana através de seu usufruto. Se parte do valor de uso da maçã, por exemplo, é “ser doce e agradável ao paladar”, é porque o é *para o ser humano*.

De fato, é verdade que o ser *natural* de um objeto tem precedência ontológica quanto a seu ser *social*, qual seja, sua potencialidade de satisfazer necessidades humanas. Afinal, um objeto é social necessariamente porque é natural, mas a recíproca não é sempre verdadeira, pois existem objetos naturais que não têm qualidade social, e.g. objetos que não são úteis ao homem. Portanto, é condição necessária, em particular, de todo valor de uso que ele seja um objeto natural, mas isso não é condição suficiente para que ele seja, de fato, *útil*.

²Da mesma forma, tais propriedades satisfazem necessidades *humanas*, mas não pode-se localizar quais células humanas possuem tal necessidade, nem como elas são saciadas molecularmente; a própria noção de *necessidade humana* é também, a rigor, um fenômeno emergente.

³Só porque algumas lojas tenham fechado seus locais físicos não quer que seu estoque deixe de ocupar espaço.

⁴Pode ser uma surpresa a alguns que tudo que está na *cloud*, em verdade, tem seus pés bem fincados na materialidade dos *data centers* em que estão hospedados.

2 Sobre ética e trabalho

(MEDEIROS, 2016)

Comentários sobre ética e alternativas de ação como sendo o que dita quando algum objeto material torna-se valor de uso.

Elaboração sobre caráter do trabalho no tornar um objeto material em um valor de uso, por conta de teleologia etc

3 Valor de uso como objeto físico criado socialmente, e tornando-se historicamente concreto

Dessa forma, a categoria valor de uso toma um caráter *histórico*, não só porque trata-se de características descobertas em certos períodos da história humana, mas porque abarca usos e potências que perseveram no tempo, ou melhor, cujo conhecimento destes é conhecido e compartilhado ao longo de gerações humanas. Dessa forma, a complexidade que as necessidades humanas adquirem com o tempo tornam a categoria valor de uso algo mais complexo: ela tornou-se uma categoria eminentemente social (ainda que sempre possua algum suporte material) e, por consequência, devém algo histórico, para que seja *sabidamente* útil ao longo do tempo.⁵

Assim, a sociedade imbui este objeto com um novo caráter (social), e este objeto — agora, ao menos em parte, social — induz com que a sociedade utilize-o (para satisfação de necessidades) e imbua-lhe novos caracteres com o tempo, em particular quando coadunado com *outros* valores de uso, a fim de satisfazer outras necessidades, em geral, mais complexas (como satisfação de fome vs. dar um certo sabor específico a pratos).⁶

Um exemplo prático: há uma espécie de peixe no Japão, chamado *fugu* (em português, chamado de baiacu), que tem de ser cozinhado minuciosa-

⁵É nesse sentido que Marx diz que “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua, com mão, unha e dente” (MARX, 2021, **checar página**): os valores de uso se complexificam junto das necessidades, e as necessidades se expandem mediante a complexificação dos valores de uso.

⁶O usufruto de algum valor de uso não necessariamente tem de se dar isolado dos demais: o óleo de cozinha pode ser um ingrediente importante para a satisfação da fome, mas certamente não é bom para matar a sede.

mente para que suas toxinas deixem de ser tóxicas ao (corajoso, ou temerário) consumidor final. Este valor de uso gastronômico certamente é algo *social*, posto que requer a manipulação deliberada de elementos naturais a fim de que se obtenha uma “utilidade” desejada/desejável, e necessariamente é algo *histórico*, posto que não só foi descoberto em certo período da história humana, como porque requereu, e requer, a continuidade da *expertise* de sua produção, a ser repassada intergeracionalmente.

Outro exemplo é a enorme variedade de espécies de milho no Peru, resultado de milênios de reprodução cruzada de plantas executada pelos povos e civilizações que ali viveram. Fica claro aqui que não foi o desenrolar da “história natural” da evolução dessas espécies vegetais que condicionou o desenvolvimento das civilizações andinas, e sim o contrário: foi o desenvolvimento socio-técnico que induziu tal variabilidade genética em escalas de tempo “humanas” (contraposto a escalas de tempo “naturais”, de milhões de anos)⁷. Em geral, pode-se dizer, sim, que a “evolução natural” dos habitats influenciam no caráter social de povos que neles vivem, mas não é sempre o caso; de fato, conforme complexificam-se as relações humanas com a natureza, tende-se a inverter isso, como bem vemos pela atual crise climática.

Como bem colocado por Duayer,

“O pôr a finalidade pressupõe, afirma Lukács, uma apropriação espiritual da realidade orientada pelo fim posto, pois só dessa maneira o resultado do trabalho pode ser algo novo, algo que não emergiria de maneira espontânea dos processos próprios da natureza. No entanto, por contraste, assinala Lukács, o reordenamento dos materiais e processos naturais requerido para que eles possam dar origem ao fim posto exige um conhecimento o mais

⁷Vale bem o que Marx diz: “Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc. [...], todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura. Animais e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais, são, em sua presente forma, não só produtos do trabalho, digamos, do ano anterior, mas o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante o trabalho humano.” (MARX, 2017, p. 259). Por outro lado, é evidente que fatores menos facilmente manipuláveis — como no que tange ao esforço e às escalas de tempo envolvidos, como a geografia local, e a própria evolução natural da fauna e flora locais — condicionaram mais “unilateralmente” o modo de vida desses povos.

adequado possível desses objetos e processos, precisamente por convertê-los de legalidades (processos) naturais em legalidades postas. Ao contrário do antropomorfismo próprio da possessão espiritual da realidade condicionada pela finalidade planejada [sic], aqui há de prevalecer o máximo de desantropomorfização, pois a consecução do fim não seria possível sem o conhecimento das propriedades dos objetos e processos envolvidos na transferência das causalidades naturais em causalidades postas.” (DUAYER, 2023, p. 127)

Ou seja, é através do ato humano que as “legalidades naturais” tornam-se uma “legalidade” humanamente útil; em outras palavras, as legalidades naturais são condições (ontologicamente) necessárias para que sejam valores de uso, *mas não são condições suficientes!*

Dessa forma, embora um valor de uso enquanto objeto-natural possa ser algo “estranque”, enquanto objeto-social ele torna-se algo “dinâmico”, que adquire novas características com o decorrer do tempo — em particular, com o desenrolar da história humana da qual faça parte.⁸

4 Abstrações

Quando se fala de um objeto *qua* valor de uso, não pensa-se em suas características particulares, seus elementos físicos, químicos, etc; pensa-se *além* delas, pensa-se em sua *pura potencialidade* — portanto, em seu caráter *geral*, não particular. A potencialidade de um objeto de *ser valor de uso* é algo que lhe é interno (no que concerne suas propriedades particulares de satisfação de necessidades humanas), porém também é algo *social*, posto que diz respeito à satisfação, *lato sensu*, de necessidades *do ser humano*; é uma potência, portanto, que lhe é própria, mas que também possui um fator “externo” que lhe é inculcado e ao qual passa a remeter.⁹

⁸E, ocasionalmente, perde certas características: no começo do século XX, a economia chilena foi à bancarrota quando seu suprimento de nitratos à Inglaterra — usado para fertilizantes e explosivos — tornou-se obsoleto (ao menos ao mercado britânico) frente à produção facilitada de nitrogênio via processo de Haber, cf. (FOSTER; CLARK, 2004).

⁹Carcanholo define o “valor de uso formal” que certas “mercadorias especiais” — dinheiro, força de trabalho e a mercadoria-capital — assumem como “utilidades que elas assumem em suas relações formais com a economia mercantil-capitalista” (CARCANHOLO, 1998, p. 32-3). Embora ele descreva que o que torna o dinheiro, em particular, uma mer-

Abstraindo, portanto, dos caracteres materiais de valores de uso, resta somente sua “utilidade”¹⁰: matar a fome, saciar a sede, resguardar do frio, fornecer abrigo, aprimorar conhecimentos, permitir comunicação à distância, etc. É possível falar destas necessidades sem fazer menção ao caráter qualitativo específico através do qual foram/podem ser satisfeitas: p. ex. a fome pode ser satisfeita com carne de primeira ou carne de segunda.

Ou seja: abstraindo do caráter social, valores de uso são passíveis de estudos pelas ciências exatas; abstraindo do caráter físico, valores de uso são passíveis de estudo por sua utilidade “abstrata”.

Contudo, não parece possível abstrair do caráter físico ao se falar de um objeto enquanto valor de uso: uma broca de cirurgia não pode ser feita de qualquer tipo de material, há materiais *mais adequados*!

5 Relação dialética entre forma material e forma social de VUs

Há uma relação dialética entre ser material e ser social de um valor de uso? Quando é visto como material, pode prescindir de sua característica social; quando é visto como algo social, pode prescindir de sua forma material. Ou seja, parece haver uma “redundância notacional”: confunde-se o objeto-enquanto-objeto-social com o objeto-enquanto-objeto-natural. Dessa forma, fica mais evidente que seu ser *natural* possui precedência ontológica quanto a seu ser *social*. Ou seja, com o fim da humanidade haveria um *armageddon* de valores de uso¹¹, mas não (necessariamente) de seus substratos naturais.

cadoria especial, enquanto equivalente geral, não é seu valor de uso “próprio”, e sim o valor de uso “que lhe foi outorgado pelo desenvolvimento da sociedade mercantil, das trocas, das formas do valor” (CARCANHOLO, 1998, p. 34) — portanto, seu valor de uso *formal*, não específico —, como busco elaborar ao longo deste trabalho, *todos* os valores de uso têm caráter social, não só as mercadorias “especiais”. O que ocorre é que estas têm não somente o caráter social de sua existência (como todas as mercadorias têm), como também o caráter social *pós-usufruto*. [Discutível se é pertinente e/ou correto.]

¹⁰Um caso desafortunado da cooptação semântica dos economistas, pois não faz sentido chamar de “função utilidade” algo que quantifica um *estado de satisfação* — utilidade é algo *transitivo*, algo só pode ser útil *para algum propósito*!

¹¹Pois valores de uso são úteis *para seres humanos*, por pressuposto, e, com a inexistência de seres humanos, não é possível existirem valores de uso (argumento por vacuidade).

No fim e ao cabo, é o velho “*ceci n’est pas une pipe*”, porém sutil. O valor-de-uso-social é, no fundo, o valor-de-uso-natural — pois “reside” nesta materialidade, necessariamente —, mas é algo a mais: está aquém, em poder causal, de sua “fisicalidade” própria. Um valor de uso, *enquanto objeto natural*, pode ser algo “estanque”, “trivial”, mas, enquanto objeto social, possui certa *dinâmica* ao longo do tempo — leia-se: ao longo da história social. Por exemplo, uma mesma maçã pode ter sido mero meio de alimentação há milênios atrás, mas, hoje em dia, é também ingrediente em várias culinárias ao redor do mundo (ainda que com gostos e espécies diferentes ao redor do mundo). Ou seja, o mesmíssimo objeto adquiriu novos poderes causais, a ele imbuídos pela sociedade ao longo do tempo e do espaço, muito embora “nenhum átomo” de valor de uso tenha sido adicionado a seu corpo material.

Referências

CARCANHOLO, M. D. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 9, n. 2 (14), 1998.

DUAYER, M. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e transformação social. In: _____. *Teoria social, verdade e transformação: Ensaios de crítica ontológica*. São Paulo: Boitempo, 2023.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Ecological imperialism: The curse of capitalism. *Socialist register*, v. 40, 2004.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos e econômicos de 1857 - 1858 : Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2021.

MEDEIROS, J. L. Se Marx tivesse escrito uma ontologia da sociedade, quais seriam seus elementos fundamentais? *Revista Outubro*, v. 26, p. 169–194, 2016.